

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 919.340 SÃO PAULO

RELATOR	: MIN. CELSO DE MELLO
RECTE.(S)	: BANCO BRADESCO S/A
ADV.(A/S)	: FÁBIO ANDRÉ FADIGA
ADV.(A/S)	: EVANDRO MARDULA
RECDO.(A/S)	: MANOEL PEREIRA DO NASCIMENTO
ADV.(A/S)	: NILTON DE JESUS COSTA JÚNIOR

DECISÃO: A decisão de que se recorre **negou** trânsito a apelo extremo, no qual a parte ora agravante **sustenta** que o Tribunal “*a quo*” **teria** transgredido preceito inscrito na Constituição da República.

O exame da presente causa **evidencia** que o recurso extraordinário em questão **não se revela** viável.

A **jurisprudência** do Supremo Tribunal Federal *tem enfatizado*, a propósito da questão pertinente à *transgressão constitucional indireta*, que, *em regra*, **as alegações de desrespeito aos postulados da legalidade, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, do devido processo legal, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional podem configurar, quando muito, situações caracterizadoras de ofensa meramente reflexa** ao texto da Constituição, *hipóteses em que não se revelará admissível* o recurso extraordinário (AI 165.054/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO – AI 174.473/MG, Rel. Min. CELSO DE MELLO – AI 182.811/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO – AI 188.762-AgR/PR, Rel. Min. SYDNEY SANCHES – AI 587.873-AgR/RS, Rel. Min. EROS GRAU – AI 610.626-AgR/RJ, Rel. Min. CEZAR PELUSO – AI 618.795-AgR/RS, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA – AI 687.304-AgR/PR, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA – AI 701.567-AgR/SP, Rel. Min. DIAS TOFFOLI – AI 748.884-AgR/SP, Rel. Min. LUIZ FUX – AI 832.987-AgR/DF, Rel. Min. ELLEN GRACIE – RE 236.333/DF, Rel. Min. MARCO AURÉLIO – RE 599.512-AgR/SC, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, *v.g.*).

Sendo assim, pelas razões expostas, conheço do presente agravo, **para negar seguimento** ao recurso extraordinário, por manifestamente

ARE 919340 / SP

inadmissível (CPC, art. 544, § 4º, II, “b”, na redação dada pela Lei nº 12.322/2010).

Publique-se.

Brasília, 07 de outubro de 2015.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator